

A ÉTICA E OS DIREITOS HUMANOS COMO BASE PARA FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM GOIÁS: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

ETHICS AND HUMAN RIGHTS AS THE BASIS FOR MILITARY POLICE TRAINING IN GOIÁS: ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF TEACHERS OF TRAINING COURSES

Patrícia de Paula Rezende*
Thiago Henrique Costa Silva**

RESUMO

A formação do policial militar em Goiás deve priorizar a ética, promovendo valores morais e profissionais sólidos. A ênfase nos direitos humanos capacita os policiais a agirem com respeito, garantindo a integridade e dignidade da comunidade que servem. A formação do policial militar em Goiás destaca-se pela ênfase na ética, cultivando valores morais e profissionais sólidos. A promoção dos direitos humanos capacita os agentes a atuarem com respeito, assegurando a integridade e dignidade da comunidade que servem. A elaboração de um artigo científico sobre a formação do policial militar em Goiás, enfocando ética e direitos humanos, é crucial para disseminar práticas eficazes, contribuindo para a construção de um serviço policial mais ético, respeitoso e alinhado com os princípios fundamentais da sociedade. Nesse sentido questiona-se, como a percepção dos docentes dos cursos de formação de policiais militares em Goiás influencia a integração efetiva de princípios éticos e de direitos humanos no processo de formação dos futuros policiais, e como isso impacta o desempenho e a conduta desses profissionais ao lidar com a comunidade? Os objetivos deste estudo são: a) revisar a literatura sobre educação em direitos humanos no âmbito da segurança pública; b) conhecer a percepção dos docentes do curso de formação de praças da Polícia Militar do estado de Goiás sobre o processo de ensino-aprendizagem dos direitos humanos; c) discutir os avanços e os desafios desse processo educacional. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, envolvendo a análise de programas de estudo e entrevistas com professores e estudantes de diferentes cursos universitários. As considerações finais enfatizam a necessidade de uma abordagem mais integrada no desenvolvimento de currículos acadêmicos, visando aprimorar a qualidade da educação superior e preparar os estudantes de maneira mais eficaz para os desafios do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Abordagem ética. Integração curricular. Respeito aos direitos humanos.

ABSTRACT

Military police training in Goiás must prioritize ethics, promoting solid moral and professional values. An emphasis on human rights empowers police officers to act with respect, ensuring the integrity and dignity of the community they serve. Military police training in Goiás stands out

* Aluna do Curso de Formação de Praças - CFP, Turma pelotão QUEBEC da 7ª CIA, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: patriciadepaularezende@hotmail.com.

** Perito Criminal de 1º Classe da SPTC-GO. Professor Titulas da Especialização em Polícia e Segurança Pública. Doutor em Agronegócio pela UFG. Doutorando e Mestre em Direito Agrário pela UFG. Graduado em Direito (UFG) e Ciências econômicas (IESB). Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: thiagocostasilva@ueg.br.

for its emphasis on ethics, cultivating solid moral and professional values. The promotion of human rights enables agents to act with respect, ensuring the integrity and dignity of the community they serve. The preparation of a scientific article on the training of military police officers in Goiás, focusing on ethics and human rights, is crucial to disseminate effective practices, contributing to the construction of a more ethical, respectful police service and aligned with the fundamental principles of society. In this sense, the question is how the perception of teachers of military police training courses in Goiás influences the effective integration of ethical and human rights principles in the training process of future police officers, and how this impacts the performance and conduct of these professionals. when dealing with the community? The objectives of this study are: a) review the literature on human rights education in the context of public security; b) understand the perception of teachers of the military police training course in the state of Goiás regarding the teaching-learning process of human rights; c) discuss the advances and challenges of this educational process. The research uses a qualitative approach, involving the analysis of study programs and interviews with teachers and students from different university courses. Final considerations emphasize the need for a more integrated approach in the development of academic curricula, aiming to improve the quality of higher education and prepare students more effectively for the challenges of the job market.

Keywords: Ethical approach. Curricular integration. Respect for human rights.

1 INTRODUÇÃO

No período de 2017 a 2019, o aumento das denúncias relacionadas ao uso excessivo de força, abusos de poder e violações dos direitos humanos por parte das forças de segurança gerou preocupações e debates significativos na sociedade (Bergamim, 2020). Nesse contexto, a aproximação entre os direitos humanos e o serviço policial militar tornou-se uma questão relevante. A ética profissional e o respeito aos direitos humanos desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente seguro e confiável, em que as interações entre a polícia e a comunidade se baseiem em princípios de justiça e igualdade (Autor, ano).

A inserção da ética policial, em sintonia com os direitos humanos, é crucial para o fortalecimento da cidadania e a promoção de uma sociedade democrática. A formação policial militar tem um papel crucial na formação dos policiais, influenciando sua conduta e atuação durante o exercício de suas funções. A ênfase nesses princípios éticos e nos direitos humanos assegura a proteção dos direitos dos cidadãos, a legitimidade das forças de segurança e a cooperação harmoniosa entre a polícia, a comunidade, o Estado e os próprios policiais (Autor, ano).

Considerando as demandas por uma abordagem mais ética e baseada nos direitos humanos por parte das forças de segurança, surge o seguinte problema de pesquisa: Como a percepção dos docentes dos cursos de formação de policiais militares em Goiás influencia a integração efetiva de princípios éticos e de direitos humanos no processo de formação dos futuros policiais, e como isso impacta o desempenho e a conduta desses profissionais ao lidar com a comunidade?

O objetivo geral deste artigo é compreender quais as potencialidades e os desafios da educação em direitos humanos no processo de formação profissional de policiais militares.

Para alcançar esse objetivo, os objetivos específicos deste estudo são: a) revisar a literatura sobre educação em direitos humanos no âmbito da segurança pública; b) conhecer a percepção dos docentes do curso de formação de praças da Polícia Militar do estado de Goiás sobre o processo de ensino-aprendizagem dos direitos humanos; c) discutir os avanços e os desafios desse processo educacional.

Logo, este artigo será dividido em três seções. Na primeira, aborda-se a relação entre segurança pública e direitos humanos, destacando o entendimento de Balestreri (2003) sobre essa conexão, incluindo o delineamento da evolução do processo formativo das instituições de segurança pública no Brasil, com a criação de Planos Nacionais de Segurança Pública e a

atuação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP), atualmente denominado Secretaria Nacional de Segurança Pública (SEGEN).

A segunda seção trata sobre o percurso metodológico de uma pesquisa que se concentra em investigar a relação entre ética profissional, direitos humanos e ensino policial militar. E por fim, a última seção trata sobre os resultados e discussões de uma pesquisa feita visando a análise da percepção dos docentes dos cursos de formação de policiais militares em Goiás em relação à ética e aos direitos humanos como base para a formação dos futuros policiais.

2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO POLICIAL E SUA INTERFACE COM OS DIREITOS HUMANOS

O entendimento de Balestreri (2003) sobre a relação entre segurança pública e direitos humanos destaca a importância de uma abordagem integrada que visa garantir a proteção e o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, mesmo no contexto de atividades de aplicação da lei e segurança. Balestreri (2003) acredita que a segurança pública e os direitos humanos não são conceitos antagônicos, mas sim complementares. Ele argumenta que a segurança efetiva deve ser baseada na promoção e respeito pelos direitos humanos, e que as agências de aplicação da lei têm o dever de proteger os cidadãos de forma justa, equitativa e respeitando os princípios de dignidade e legalidade.

Balestreri (2003) enfatiza que a segurança pública deve ser alcançada através de práticas policiais que estejam alinhadas com os valores democráticos, a transparência, a prestação de contas e a não discriminação. Isso significa que as forças de segurança devem atuar de acordo com os princípios de proporcionalidade e necessidade, evitando o uso excessivo da força e respeitando os direitos individuais. Além disso, Balestreri (2003) ressalta a importância do respeito à dignidade humana e da não tolerância a abusos e torturas. Ele argumenta que a promoção dos direitos humanos na segurança pública contribui para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica, na qual os cidadãos podem confiar nas instituições de aplicação da lei e na proteção de seus direitos.

O entendimento de Balestreri (2003) sobre a integração entre segurança pública e direitos humanos desempenhou um papel fundamental na evolução do processo formativo das instituições de segurança pública no Brasil. Essa evolução foi marcada pelo estabelecimento de diretrizes e políticas em nível federal, notavelmente com a criação dos Planos Nacionais de Segurança Pública. Em 2000, o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública foi lançado,

visando promover uma abordagem mais integrada e respeitosa dos direitos humanos nas práticas policiais. Posteriormente, em 2013, o Plano Nacional de Segurança Pública trouxe novas diretrizes para o setor, fortalecendo ainda mais a conexão entre segurança e direitos humanos. Além disso, a criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) em 2012, atualmente denominado Secretaria Nacional de Segurança Pública (SEGEN), desempenhou um papel crucial na coordenação e implementação das políticas de segurança pública, com foco na promoção dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais justa e segura.

Os Direitos Humanos passaram a ser incorporados à formação das forças policiais como parte de um enfoque pedagógico renovado, direcionado pelo Ministério da Justiça, no início do século XXI, ultrapassando a abordagem tradicional restrita às disciplinas estritamente militares (Rique *et al.*, 2004).

Nesse sentido, Neves (2002) explana que o desafio reside em conceber uma estratégia educacional capaz de estabelecer uma ligação entre a atividade de ensino e a promoção dos ideais libertários, transcendendo a convencional lógica de imposição disciplinar.

Assim, as mudanças no contexto socioeducacional dos alunos devem ser orientadas de modo a garantir o reconhecimento dos direitos dos policiais em formação.

A transformação de uma polícia voltada para a prática dos direitos humanos em sua legitimidade, com uma consciência autônoma de seus agentes só é possível quando se suscita ao aluno policial militar a “reflexão crítica” em um espaço de debates “onde se priorizam as relações de ‘produção de sentido’, e não a transmissão de conteúdos instrucionais” (Neves, 2002, p. 104).

De acordo com Bicalho (2005), o ensino dos Direitos Humanos deve transcender o âmbito legal e não deve ser encarado como uma questão de personalidade que pode ser solucionada por meio da disciplina. O despertar para a atuação profissional, reconhecendo o outro como ser humano, é uma questão de natureza subjetiva.

Além disso, a análise comparativa com outras instituições de segurança pública ao redor do mundo é fundamental. Cada país enfrenta desafios e contextos únicos, e examinar como diferentes nações abordam o ensino da ética e dos direitos humanos pode fornecer uma perspectiva enriquecedora. Essa abordagem comparativa pode revelar estratégias eficazes que podem ser adaptadas e implementadas em outras regiões (Nucci, 2018). Pensar no ensino policial de maneira crítica não apenas promove práticas policiais mais responsáveis e respeitadas, mas também fortalece a confiança da comunidade nas forças de segurança (Oliveira; Jacondino, 2022). Dessa forma, destacam-se a emergência de abordagens inovadoras e didáticas específicas.

A mentalidade da polícia, em resumo, é caracterizada por uma abordagem conservadora que, disfarçada de pragmatismo, favorece a simplicidade, levando em consideração apenas as coisas práticas e desencorajando qualquer tipo de pensamento mais profundo. Qualquer tentativa de trazer inovações, experimentações ou pesquisas é rapidamente rejeitada. Ao optar por continuar fazendo as coisas como sempre foram feitas, a polícia acaba mantendo práticas rotineiras e fica presa em seu jeito de agir, impedindo-a de se adaptar às mudanças na sociedade (Monet, 2001, p. 155).

Uma das maneiras de realizar uma abordagem inovadora é elaborando módulos de aprendizado específicos. Esses módulos devem ser cuidadosamente projetados para fornecer aos policiais em formação uma compreensão sólida dos princípios éticos e dos direitos humanos, bem como de sua aplicação prática no campo. Eles devem abordar questões éticas complexas que os policiais podem enfrentar em suas atividades diárias, oferecendo diretrizes claras e éticas para orientar suas ações.

Segundo o Ministério da Justiça (2003), a formação dos profissionais de Segurança Pública deve envolver uma abordagem mais ampla e integrada. Segundo essa perspectiva, a formação desses profissionais não deve se limitar apenas a questões técnicas e operacionais, mas deve incluir componentes éticos e de direitos humanos. O entendimento era de que a formação desses profissionais deveria abranger princípios democráticos, transparência, prestação de contas, não discriminação, respeito à dignidade humana e uma atuação que respeite os direitos fundamentais dos cidadãos.

Essa abordagem representou um avanço na concepção da formação policial, destacando a importância de garantir que os profissionais de Segurança Pública sejam capazes de atuar de maneira justa, equitativa e em conformidade com os princípios éticos e de direitos humanos. Em vez de focar apenas em aspectos técnicos, a formação passou a incorporar valores democráticos e a promoção de uma sociedade mais justa e segura.

Dessa maneira, a formação policial baseada na educação em direitos humanos emerge como um mecanismo essencial para a transformação das forças policiais, com a capacidade de promover mudanças comportamentais que atendam às necessidades da sociedade brasileira. Essa atuação é caracterizada pelo que Alexis de Tocqueville (2004) descreveu como o "interesse bem compreendido" entre as instituições públicas e a população, refletindo os sentimentos e opiniões de igualdade e liberdade.

Além do mais, tradicionalmente, o ensino policial frequentemente se baseia em abordagens de treinamento rígidas e hierárquicas. No entanto, uma abordagem integrada de

ética profissional e direitos humanos exige métodos de ensino mais flexíveis e participativos (Borges, 2013).

A aprendizagem baseada em cenários, simulações interativas e estudos de caso do mundo real podem oferecer oportunidades valiosas para os policiais em formação aplicarem os princípios éticos e de direitos humanos em situações práticas. Isso ajuda a desenvolver habilidades críticas de tomada de decisão ética e a melhorar a compreensão das implicações práticas de suas ações (Balestreri, 2003).

Além dos módulos e das metodologias de ensino, a criação de ferramentas didáticas específicas é fundamental. Isso pode incluir diretrizes claras, manuais de conduta ética, materiais educacionais interativos e recursos online acessíveis para consulta contínua (Neves, 2002).

Essas ferramentas servem como um recurso prático para os policiais em serviço, fornecendo orientações éticas em tempo real durante situações desafiadoras. Elas também podem promover uma cultura de responsabilidade e reflexão ética contínua dentro das forças de segurança (Souza, 2012).

Um dos componentes essenciais para avaliar o impacto dessa abordagem é a realização de estudos de caso. Esses estudos envolvem a seleção de casos representativos de diferentes contextos e regiões. Eles permitem uma análise aprofundada das mudanças observadas nas práticas policiais, nas atitudes dos policiais e nas interações com a comunidade (Alves, 2007).

Cada estudo de caso deve investigar como a ética e os direitos humanos são incorporados na rotina policial, examinando incidentes específicos, tomada de decisões, respostas a desafios éticos e o impacto geral nas operações policiais. Isso oferece uma visão holística e contextualizada das transformações ocorridas (Lopes, 2019).

As observações participativas são outra ferramenta valiosa para avaliar o impacto da abordagem centrada na ética e nos direitos humanos. Ao participar ativamente das atividades policiais, os observadores podem entender como os princípios éticos são aplicados no campo. Isso inclui a análise de abordagens de policiamento, comunicação com a comunidade e resolução de conflitos (Lopes, 2019).

Para entender o impacto da nova abordagem, pode-se analisar qualitativamente as percepções e atitudes dos policiais em formação. Isso pode ser feito por meio de entrevistas, questionários e discussões em grupo. As análises qualitativas exploram como os policiais percebem os princípios éticos e os direitos humanos, como aplicam esses princípios em suas atividades e como veem sua responsabilidade perante a comunidade (Clemente, 2016).

No contexto goiano, a transformação da formação dos profissionais de Segurança Pública ocorreu a partir do início do século XXI, superando a abordagem tradicional restrita às disciplinas estritamente militares. Nesse período, o Ministério da Justiça direcionou a formação para incluir componentes éticos e de direitos humanos, alinhando-se com a perspectiva de Balestreri (2003).

Os Planos Nacionais de Segurança Pública, notavelmente o primeiro lançado em 2000 e o subsequente em 2013, tiveram um papel crucial na definição de diretrizes e políticas para uma formação mais integrada e respeitosa dos direitos humanos nas práticas policiais. Além disso, a criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) em 2012, atualmente denominado Secretaria Nacional de Segurança Pública (SEGEN), desempenhou um papel fundamental na coordenação e implementação das políticas de segurança pública com foco na promoção dos direitos humanos.

No que diz respeito à formação em direitos humanos, a mudança representou um enfoque pedagógico renovado e transcendente em relação à abordagem tradicional. Essa transformação buscou promover a reflexão crítica dos alunos policiais militares e a produção de sentido, em contrapartida à mera transmissão de conteúdos instrucionais. A incorporação dos direitos humanos na formação destes profissionais deixou de ser apenas uma questão legal e passou a ser uma questão de natureza subjetiva e ética.

Para avaliar o impacto dessa abordagem, não se buscou a percepção dos policiais formados, mas sim dos docentes que ministram o ensino. A compreensão do papel dos docentes na formação é fundamental para entender como os princípios éticos e de direitos humanos são ensinados e promovidos nos CFPs e CFOs goianos.

Em resumo, o texto trata da evolução da formação dos profissionais de Segurança Pública em Goiás, com ênfase na incorporação dos princípios de direitos humanos, ética e uma abordagem mais ampla e integrada, alinhada com as diretrizes nacionais e o entendimento de Balestreri (2003). A perspectiva da formação não é apenas avaliar o resultado nos policiais formados, mas sim compreender como esses princípios são ensinados e promovidos, destacando o papel dos docentes na transmissão desses valores.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A abordagem metodológica adotada para esta pesquisa foi de natureza qualitativa, seguindo as diretrizes apresentadas por Lakatos e Marconi (2003). Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada e interpretativa dos dados, buscando compreender as nuances e os

significados subjacentes aos fenômenos relacionados à ética profissional, direitos humanos e ensino policial militar.

O método utilizado nesta pesquisa foi indutivo – este método é uma abordagem de raciocínio lógico que envolve a generalização a partir de observações específicas para chegar a conclusões gerais (Rodrigues, 2007) –, permitindo uma abordagem ampla e flexível para a análise dos dados. O método dedutivo partiu de princípios gerais para chegar a conclusões específicas, enquanto o método indutivo partiu de observações específicas para extrair princípios gerais. Através deste método, foi analisada a percepção dos docentes do CFP visando, ainda, abstrair generalidades.

Como técnica de pesquisa, adotou-se a revisão bibliográfica, que foi realizada no *Google Acadêmico*, dentre os anos 1994 e 2023. Por meio das palavras-chave abordagem ética, integração curricular e respeito aos direitos humanos, destacou-se 22 trabalhos, que fundamentaram a revisão de literatura apresentada na seção anterior.

Por fim, para a coleta de dados primários, foi elaborado um questionário composto por 18 perguntas fechadas e 03 perguntas abertas (Anexo I). A pesquisa foi elaborada por meio da plataforma *Google Forms*. Antes da aplicação do questionário, os participantes foram informados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo II), assentindo em participar.

O questionário foi encaminhado aos docentes do Curso de Formação de Policiais Militares em Goiás do ano 2023, por meio de software de troca de mensagens (*WhatsApp*), entre os dias 28/10/2023 e 02/11/2023. A amostra foi de 05 participantes, representando 100% da população, o que demonstra a significância da amostragem.

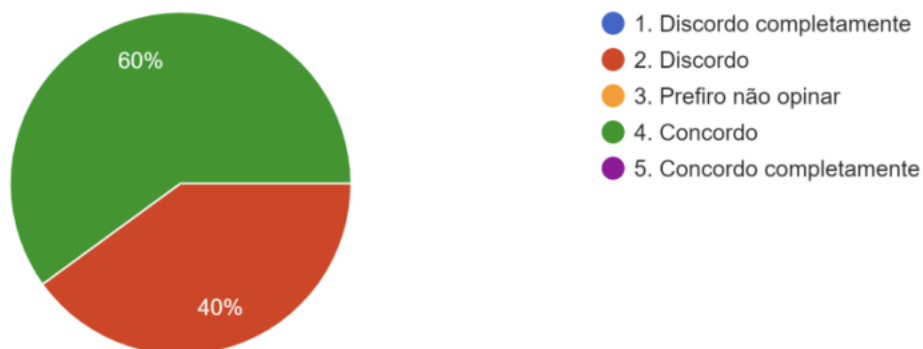
4 A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DA DISCIPLINA DE DIREITOS HUMANOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA PMGO EM DEBATE

As opiniões dos docentes que ministram a disciplina de Direitos Humanos no Curso de Formação de Praças da Polícia Militar de Goiás (PMGO) revelam uma série de questões críticas em relação à integração e ênfase dos direitos humanos na formação policial.

Enquanto 60% (sessenta por cento) dos participantes concordam que a formação policial fornece informações suficientes sobre direitos humanos, há um desacordo substancial sobre se os professores destacam adequadamente a importância desses princípios. Isso destaca a necessidade de uma avaliação aprofundada da abordagem pedagógica, conforme dados disponibilizados adiante.

1. A formação policial inclui informações suficientes sobre direitos humanos.

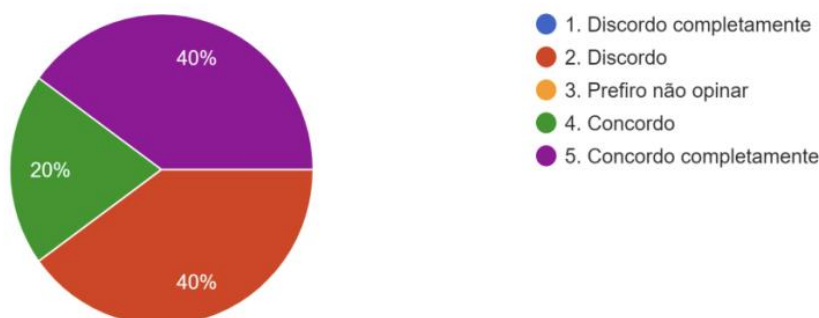
5 respostas



Ainda 40% (quarenta por cento), concordam que a formação aborda adequadamente as situações em que os direitos humanos podem entrar em conflito com as responsabilidades policiais, mas ainda existe discordância. Isso chama a atenção para a necessidade de uma abordagem mais clara e eficaz dessas questões.

2. Os professores do curso de formação de praças da polícia militar enfatizam adequadamente a importância dos direitos humanos.

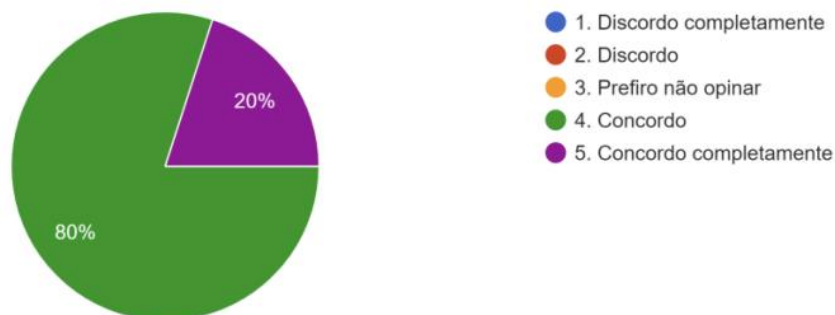
5 respostas



Ainda, 80% (oitenta por cento) dos participantes, acreditam que os professores estão bem preparados para ensinar questões relacionadas aos direitos humanos, embora um quinto dos respondentes discorde. Isso destaca a importância da formação contínua dos docentes.

4. Os professores do curso de formação de praças da polícia militar estão bem preparados para ensinar questões relacionadas aos direitos humanos.

5 respostas



As observações dos docentes enfatizam a presença de resistência e preconceito no ambiente acadêmico e laboral em relação aos direitos humanos. Isso aponta para a necessidade de promover uma mudança cultural mais ampla.

Há consenso entre os docentes de que a formação contínua em direitos humanos é essencial ao longo da carreira policial para manter um alto padrão de respeito por esses princípios.

Por fim, 80% (oitenta por cento) dos participantes acreditam que houve melhorias no serviço policial em relação ao respeito pelos direitos humanos nos últimos 10 anos, embora haja discordâncias. Isso sugere a necessidade contínua de aprimorar as práticas policiais.

Diante dessas percepções e desafios destacados pelos docentes, é evidente a necessidade de um debate aprofundado sobre como a formação policial pode ser aprimorada para garantir uma maior incorporação dos princípios dos direitos humanos na atuação policial. Além disso, a promoção de uma cultura institucional que promova e garanta os direitos humanos tanto para os futuros policiais quanto para os próprios policiais se revela essencial para uma aplicação eficaz dos princípios de direitos humanos na polícia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentou uma análise sobre os desafios e perspectivas para o ensino policial e sua interface com os direitos humanos. A discussão se concentrou na importância de integrar os princípios dos direitos humanos na formação dos profissionais de segurança pública, destacando a visão de Balestreri de que segurança pública e direitos humanos não são conceitos antagônicos, mas complementares.

A evolução do processo formativo das instituições de segurança pública no Brasil foi abordada, com destaque para a criação dos Planos Nacionais de Segurança Pública e a transformação da formação policial, que passou a incorporar valores democráticos, transparência, prestação de contas e respeito à dignidade humana. Além disso, a criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SEGEN) desempenhou um papel crucial na coordenação e implementação das políticas de segurança pública com foco nos direitos humanos.

A importância do ensino de direitos humanos não se limita apenas à transmissão de conhecimentos legais, mas também à promoção de uma mudança de mentalidade, incentivando os policiais a verem o outro como ser humano. Isso requer uma abordagem pedagógica renovada, que promova a reflexão crítica e a produção de sentido, em contraposição à simples transmissão de conteúdos instrucionais.

Infere-se, desta pesquisa, a necessidade de abordagens inovadoras no ensino policial, incluindo módulos de aprendizado específicos, metodologias flexíveis e participativas, ferramentas didáticas práticas e estudos de caso para avaliar o impacto dessas abordagens. A transformação das forças policiais em direção a uma atuação mais ética e respeitosa dos direitos humanos requer um compromisso contínuo com a formação e a mudança cultural.

A pesquisa com os docentes da disciplina de Direitos Humanos no Curso de Formação de Praças da Polícia Militar de Goiás (PMGO) trouxe elementos para a reflexão sobre a ênfase dada aos direitos humanos, a preparação dos docentes, a presença de resistência e preconceito, e a necessidade de formação contínua destacam áreas de melhoria contínua no sistema de ensino.

Segundo os docentes do Curso de Formação de Praças da Polícia Militar de Goiás, há desafios significativos na integração e ênfase dos direitos humanos na formação policial. Enquanto a maioria dos participantes reconhece a suficiência das informações sobre direitos humanos, existe discordância sobre a ênfase dada pelos professores a esses princípios. A pesquisa aponta para a necessidade de avaliação pedagógica mais aprofundada e destaca resistência e preconceito em relação aos direitos humanos. A formação contínua dos docentes é enfatizada, assim como a importância de uma mudança cultural mais ampla. O debate proposto destaca a urgência de aprimorar a formação policial para melhor incorporar os princípios dos direitos humanos, promovendo uma cultura institucional que garanta esses direitos.

Em resumo, conclui-se que a integração dos princípios dos direitos humanos na formação policial é essencial para promover uma sociedade mais justa e segura. A

transformação das forças de segurança exige uma abordagem multidimensional, incluindo mudanças na formação, na cultura institucional e na mentalidade dos policiais. O desafio está em manter o compromisso com a promoção dos direitos humanos e na busca constante por práticas policiais mais éticas e responsáveis, em linha com os valores democráticos e os ideais libertários.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O sistema internacional de proteção dos direitos humanos eo Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, 1994.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. 3. ed. Passo Fundo: Berthier, 2003.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos**. 2005. 198f. Tese (Doutorado Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos**. Editora Manole Ltda, 2004.

BORGES, Yara Gonçalves Emerik. A atividade policial e os Direitos Humanos. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 48, p. 1-15, 2011.

BRASIL, Maria Glauciria Mota; LOPES, Emanuel Bruno; MIRANDA, Ana Karine Pessoa C. Direitos humanos e formação policial: Reflexões sobre limites e possibilidades. **O público e o privado**, v. 9, n. 18 jul. dez, p. 111-127, 2011.

CERQUEIRA, Homero de Giorge. **A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da polícia militar do Estado de São Paulo**. 2006. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

CLEMENTE, P. **Ética policial–da eticidade da coacção policial**. Lisboa ISCSPI, 2016.

DE FRANÇA, Fábio Gomes. Segurança pública e a formação policial militar: os direitos humanos como estratégia de controle institucional. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, 2012.

DE FRANÇA, Fábio Gomes; DUARTE, Anderson. “Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. **Revista LEVS**, v. 19, n. 19, 2017.

FERREIRA, James Jácio; SOBRINHO, Waldenir Soares Paraense. Educação em direitos humanos na formação policial militar. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 17, n. 1, 2017.

LOPES, Rodolfo O. **Direitos humanos e polícia: retrato e perspectivas da formação inicial dos agentes da PSP em direitos humanos**. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública**. Brasília. Disponível em <www.mj.gov.br/senasp/2003>. Acesso em: 01/10/2023.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: EDUSP. (Série Polícia e Sociedade, nº 3), 2006.

NEVES, P. S. da C. et al. **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop, 2002.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa, RIQUE, Célia D.G., FREITAS, Fábio F.B. **Polícia e Democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Bagaço, 2002.

OLIVEIRA, Sandra Schons Lemos de; JACONDINO, Eduardo Nunes. A política educacional de formação de policiais militares: reverberações e caminhos a percorrer. **Educação & Formação**, v. 7, 2022.

RIQUE, Célia. *et al.* **Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais**. Recife: Bagaço, 2004.

SILVA, Márcio Roberto Cavalcanti da. **Formação policial e Direitos Humanos: os cursos de formação da Polícia Civil de Pernambuco e a ética da alteridade**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA, Adilson Paes de. **A educação em direitos humanos na polícia militar**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TOCQUEVILLE. Alexis. **Democracia na América: leis e costumes**. Tradução, Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

A. DELINEAMENTO DO PERFIL

1. Qual é a sua idade?

- Menos de 25 anos ()
- 25-30 anos ()
- 31-40 anos ()
- 41-50 anos ()
- Mais de 50 anos ()

2. Qual o seu cargo?

- Praça da PMGO ()
- Oficial da PMGO ()
- Praça do CBMGO ()
- Oficial do CBMGO ()
- Delegado de Polícia Civil ()
- Agente da Polícia Civil ()
- Escrivão da Polícia Civil ()
- Papiloscopista ()
- Perito Criminal ()
- Auxiliar da Polícia Científica ()
- Policial Penal ()
- Outro (por favor, especifique): _____

3. Qual é o seu nível de formação acadêmica?

- Especialização ()
- Mestrado completos ()
- Doutorado completos ()
- Mestrado incompletos ()
- Doutorado incompletos ()

4. Há quanto tempo você trabalha na segurança pública?

- Menos de 1 ano ()
- 1-5 anos ()
- 6-10 anos ()
- 11-20 anos ()
- Mais de 20 anos ()

5. Qual disciplina ministrou?

- Direitos humanos ()
- Ética e cidadania ()
- Sociologia da violência ()
- Outro (por favor, especifique): _____

B. ENTENDENDO A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES

1. A formação policial inclui informações suficientes sobre direitos humanos.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

2. Os professores do curso de formação de praças da polícia militar enfatizam adequadamente a importância dos direitos humanos.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

3. A formação policial aborda de maneira adequada as situações em que os direitos humanos podem entrar em conflito com as responsabilidades policiais.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

4. Os professores do curso de formação de praças da polícia militar estão bem preparados para ensinar questões relacionadas aos direitos humanos.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

5. A formação policial promove ativamente o respeito pelos direitos humanos entre os futuros policiais.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

6. Os limites dos direitos humanos são discutidos de maneira apropriada durante a formação policial.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

7. A formação policial proporciona oportunidades para os futuros policiais refletirem sobre como equilibrar os direitos humanos com suas responsabilidades de aplicação da lei.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

8. Os professores do curso de formação de praças da polícia militar estão abertos a discussões sobre desafios relacionados aos direitos humanos na aplicação da lei.

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

9. No geral, você acredita que a formação policial atual é eficaz na integração dos direitos humanos nas práticas policiais?

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

10. Você acredita que a formação policial deveria incluir um módulo dedicado exclusivamente aos direitos humanos?

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

11. Você percebe resistência por parte dos futuros policiais em relação à ênfase nos direitos humanos durante a formação?

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

12. Você acredita que a formação contínua sobre direitos humanos é necessária ao longo da carreira de um policial para manter um alto padrão de respeito pelos direitos humanos?

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

13. Nos últimos 10 anos (2013-2023) é notável a melhora no serviço policial prestado, considerando o respeito aos Direitos Humanos?

Discordo completamente ()

Discordo ()

Neutro ()

Concordo ()

Concordo completamente ()

14. Em sua experiência como professor, qual é o maior desafio ao abordar questões relacionadas aos direitos humanos na formação policial?

15. Em sua opinião, como a formação policial poderia melhorar a incorporação dos princípios dos direitos humanos na atuação policial? (Por favor, forneça sugestões específicas)

16. Você gostaria de fazer alguma observação adicional sobre a relação entre direitos humanos e formação policial?

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo analisar a percepção dos docentes dos cursos de formação de policiais militares em Goiás em relação à ética e aos direitos humanos como base para a formação dos futuros policiais.

Sua participação neste estudo é totalmente voluntária. Isso significa que você tem o direito de decidir se deseja ou não participar, e sua decisão não terá impacto em sua relação com a instituição ou qualquer outra entidade. Você pode optar por participar ou não da pesquisa sem sofrer qualquer consequência.

Se você concordar em participar, será solicitado que responda a um questionário contendo perguntas fechadas e abertas sobre o tema em questão. O questionário será aplicado de forma anônima, o que significa que suas respostas não serão associadas ao seu nome ou identidade. Seu sigilo será estritamente mantido.

O tempo necessário para completar o questionário pode variar, mas em média, a conclusão levará aproximadamente 10 (dez) minutos. O questionário será disponibilizado por meio da plataforma Google Forms e você terá um prazo para responder.

Este estudo não apresenta riscos significativos à sua integridade física, mental ou emocional. A participação na pesquisa contribuirá para o avanço do conhecimento na área de formação de policiais militares, ajudando a identificar oportunidades de melhoria no ensino.

Ao clicar em "Concordo" ou iniciar o questionário, você está indicando que leu e compreendeu as informações fornecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concorda em participar voluntariamente da pesquisa.

Sua colaboração é fundamental para o sucesso deste estudo. Obrigado por sua disposição em contribuir para a pesquisa acadêmica.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador